

# **1º ENCONTRO DO FÓRUM DE MEIO AMBIENTE DO SETOR ELÉTRICO**

**17 DE OUTUBRO - BRASÍLIA - DF**

## **Elementos do Licenciamento Ambiental no Setor Elétrico**

**Luiz Fernando Leone Vianna**



---

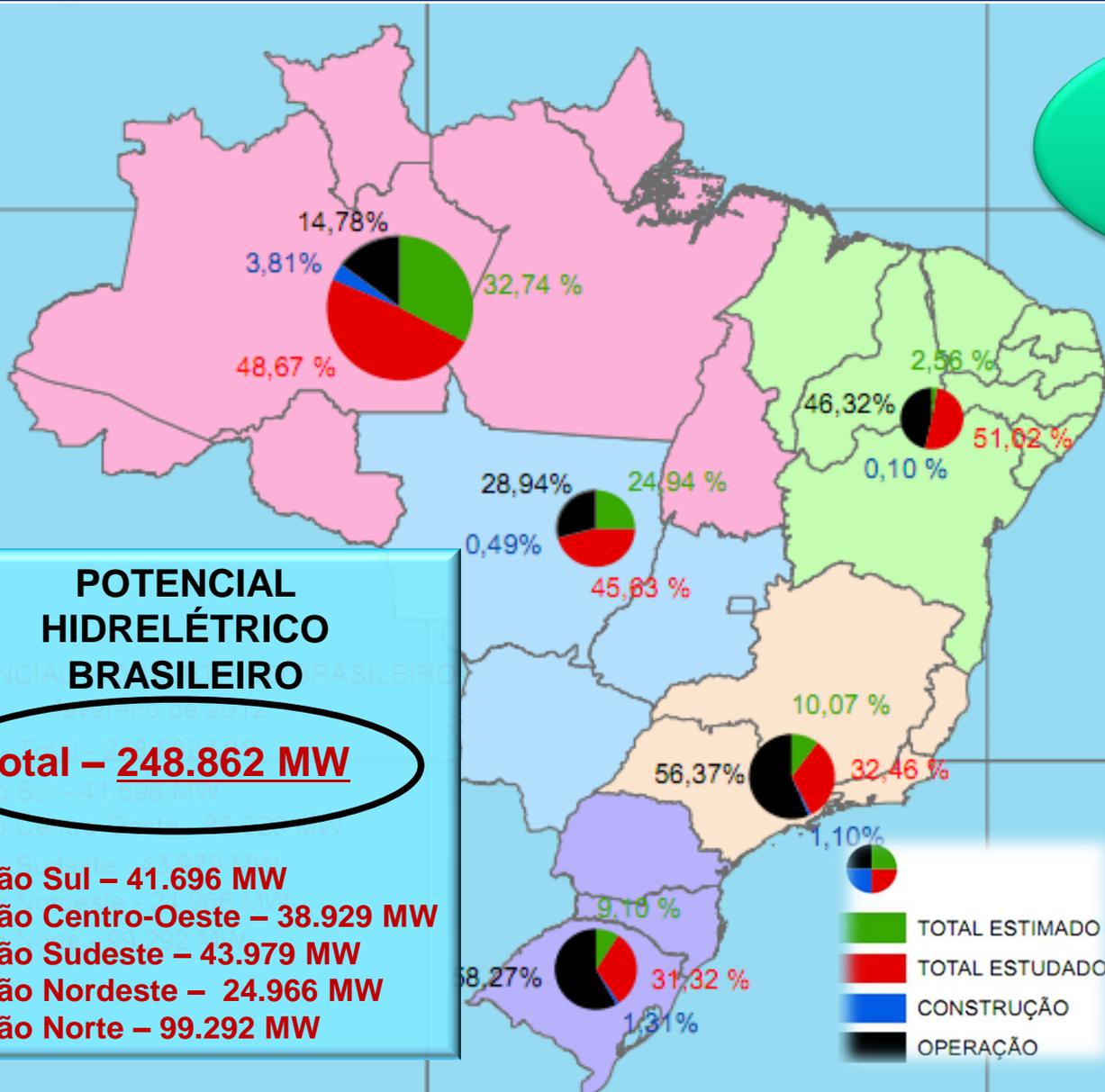
# 1. Fronteira Energética

## Matriz Elétrica Brasileira



# POTENCIAL HIDRELÉTRICO BRASILEIRO

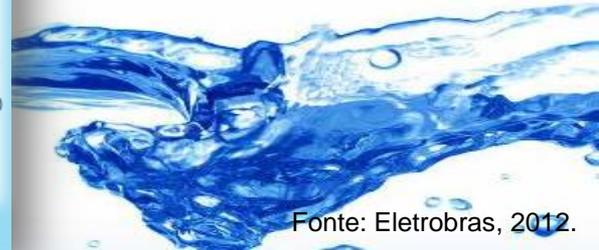
**Ainda há metade do potencial brasileiro a ser explorado**  
**Aprox. 124 mil MW**



**POTENCIAL HIDRELÉTRICO BRASILEIRO**

**Total – 248.862 MW**

Região Sul – 41.696 MW  
 Região Centro-Oeste – 38.929 MW  
 Região Sudeste – 43.979 MW  
 Região Nordeste – 24.966 MW  
 Região Norte – 99.292 MW



Fonte: Eletrobras, 2012.

# Fronteira Energética Matriz Elétrica Brasileira

## Desafio

Planejar, projetar e construir usinas hidrelétricas na região amazônica, atual fronteira energética brasileira, em harmonia com o meio-ambiente, aproveitando o potencial energético dessa fonte e mantendo a vocação brasileira de possuir uma matriz elétrica predominantemente hidráulica



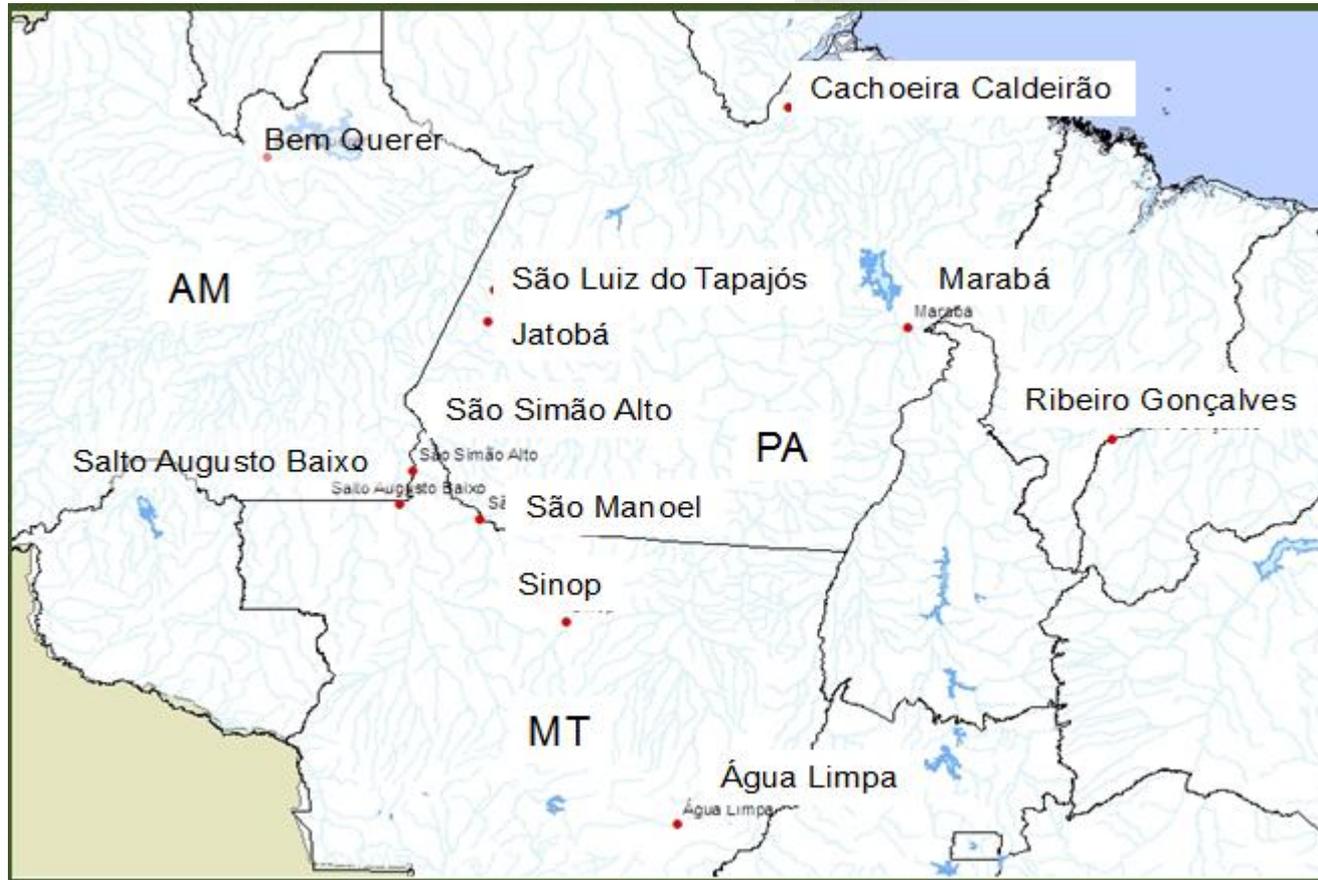
---

## 2. Questões Indígenas



# Questões Indígenas

Como já vimos, grande parte do potencial hidrelétrico inexplorado do Brasil está na Amazônia Legal



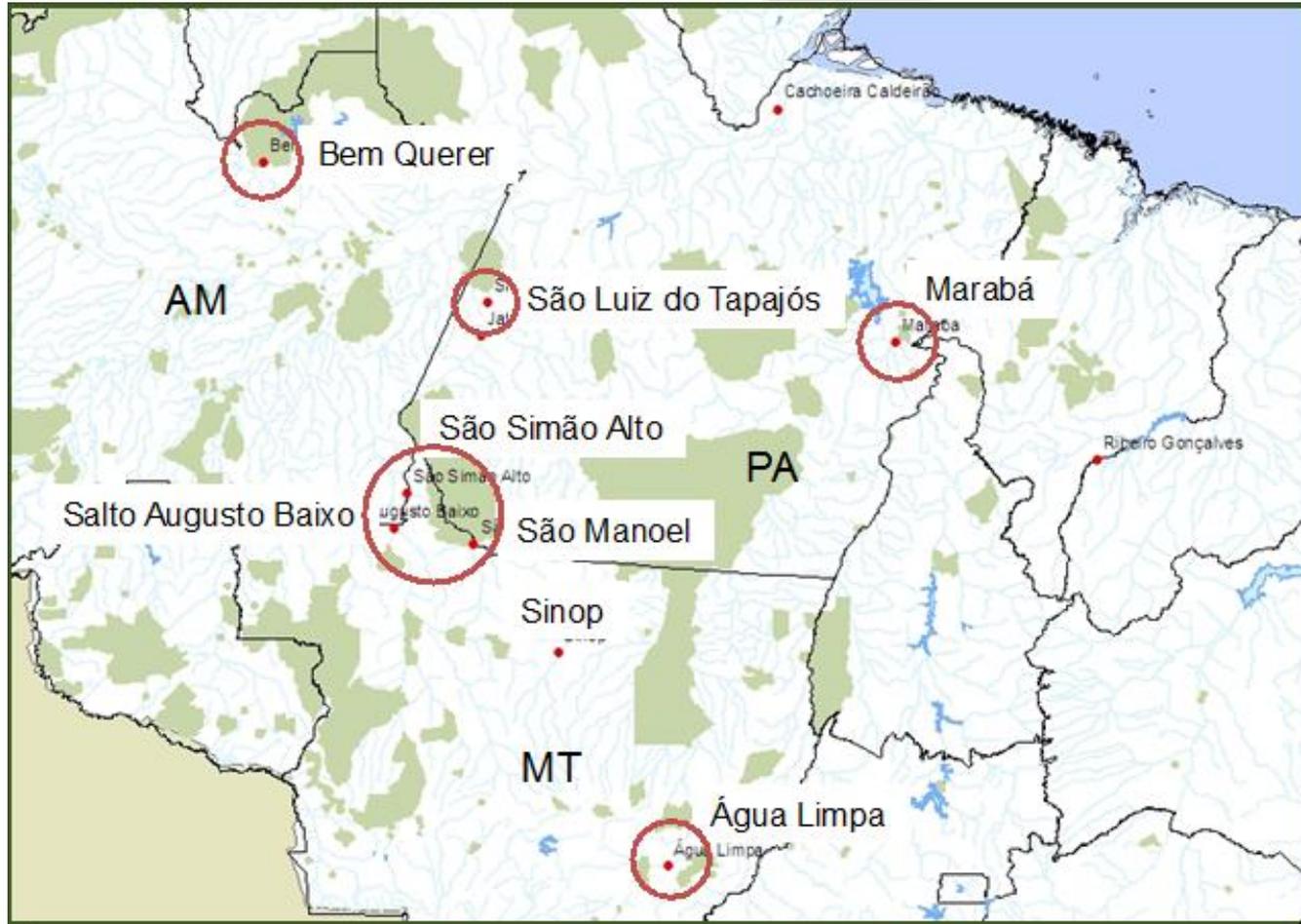
# Questões Indígenas

**E grande parte das terras indígenas também está na Amazônia legal**



# Questões Indígenas

## Usinas que interferem em terras indígenas



# Questões Indígenas

**São muitos os debates relacionados as questões indígenas no Brasil.**

## **2008**

- **Discussão sobre a PEC 188/07 = Criação do território Brasileira indígena**
- **Comissão Nacional de Política Indigenista**
- **Manifesto indígena em audiência junto a Eletrobrás**

## **2009**

- **Decisão TI Raposa Serra do Sol – 19 recomendações do STF**

## **2011**

- **Portaria Interministerial 419/11 – órgãos envolvidos no processo de licenciamento**

## **2012**

- **IN 01/12 FUNAI = procedimentos para participação da entidade no processo de licenciamento**
- **Decreto nº 7.747 – Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de TIs – PNGATI**

# Questões Indígenas

- Neste cenário, o relacionamento com as questões indígenas vem sendo repensado
- 2 pontos fundamentais: oitiva e repartição de benefícios
- Os povos indígenas precisam concordar sobre os mecanismos para recebimento (fonte), utilização (destino) e distribuição (destinatários) dos benefícios.
- Necessária adequação do ordenamento jurídico brasileiro e o consequente arcabouço normativo

## Desafio

Regulamentar a Constituição Federal no que tange a exploração dos recursos hídricos em terras indígenas, mediante autorização do Congresso Nacional, repartição dos benefícios, bem como regulamentar a Convenção 169 da OIT referente a oitiva das comunidades impactadas.





# 3. Patrimônio Arqueológico e Cultural



## Questões como:

- A necessidade de compatibilização dos prazos para avaliação de impacto ao patrimônio cultural em processos de licenciamento ambiental serem harmonizados com os cronogramas de implantação dos empreendimentos
- A necessidade de se estabelecer procedimentos claros e objetivos em regulamento específico visando a certificação da viabilidade arqueológica do empreendimento, em harmonia com os entes da federação

## Questões como:

- A correta identificação, resgate e destinação dos artefatos arqueológicos descobertos
- O necessário aprimoramento da capacidade operacional (recursos humanos e materiais) do IPHAN

São desafios para a redução da morosidade do processo de licenciamento e insegurança jurídica dos empreendimentos.



# 4. Avaliações Ambientais



# Avaliações Ambientais - AA

Atualmente existe uma confusão entre avaliações ambientais utilizadas como instrumento de planejamento (Avaliação Ambiental Estratégica/AAE, Avaliação Ambiental Integrada/AAI) e avaliações Ambientais utilizadas como instrumento do licenciamento Ambiental (EIA/RIMA, Relatório de Controle ambiental/RCA, Relatório Ambiental simplificado/RAS, e outros).

# Avaliações Ambientais - AA

*Hidrelétricas do Pantanal são alvo de ação*

*Globo - Rio de Janeiro/RJ - INFOMIX - 21/08/2012 - 03:17:27*

*Hidrelétricas do Pantanal são alvo de ação*

*Procuradoria pede suspensão de 149 projetos até que haja estudo unificado sobre impacto ambiental*

*A polêmica entre preservação ambiental e construção de usinas hidrelétricas no Brasil já não se limita à Amazônia. **Os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Mato Grosso do Sul ingressaram com ação civil pública na 1ª Vara Federal de Coxim/MS para suspender a construção de hidrelétricas nos rios do entorno do Pantanal até que seja feito um estudo único sobre o impacto cumulativo das obras.** Segundo a ação, existem 126 empreendimentos instalados ou em curso na região e outros 23 projetos em análise. São 149 empreendimentos no total.*



# Avaliações Ambientais - AA

## Aspectos para implementação da AAE no Brasil

As iniciativas de AAE no Brasil, **não se revestem de atendimento a uma exigência legal, como é o caso do EIA necessário para o licenciamento** de obras ou atividades potencialmente causadores de significativa degradação ambiental.



# Avaliações Ambientais - AA

## Aspectos para implementação da AAE no Brasil

- Para a instituição da AAE, é necessário uma base legal mínima que apóie e facilite sua implementação, determinando:
  - *responsabilidades dos órgãos e das instituições encarregadas da formulação de política e do planejamento*
  - *instâncias e fontes de recurso para a realização dos estudos*
  - *instâncias encarregadas da revisão do processo*
  - *o papel dos órgãos e instituições de meio ambiente*
  - *os mecanismos de consulta aos grupos de interesse*



## Desafio

Prever no ordenamento jurídico a exigência das avaliações ambientais estratégicas para determinados planos e programas de governo que possam causar efeitos significativos ao meio ambiente, de forma que estas ocorram previamente ao licenciamento de projetos.

